**SIMPLES NACIONAL 2017/2018 ALTERAÇÕES DA LC 155/2016 – Material de apoio**

**Novo teto e definição de EPP: de R$ 3.6 milhões para R$ 4.8 milhões para MEs e EPPs; e de R$ 60 mil para R$ 81 mil para MEIs.**

Para os efeitos Da LC 123, com alterações da LC 155, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o [art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm#art966), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta **superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos milreais).**   [(Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp155.htm#art1)

Deve-se destacar que o art.  79-E.  da LC 123, determina que a empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional **em 31 de dezembro de 2017** que durante o ano-calendário de **2017 auferir receita bruta total anual entre R$ 3.600.000,01 (três milhões, seiscentosmil reais e um centavo) e R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) continuará automaticamente incluída no Simples Nacional com efeitos a partir de 1o de janeiro de 2018**, ressalvado o direito de exclusão porcomunicação da optante.

*Dica importante:* Muito cuidado aqui para a questão do cálculo do ICMS e do ISS para as empresas que extrapolarem o limite anterior de R$ 3.6 milhões. Estes dois impostos serão calculados fora da tabela do simples nacional quando a soma dos últimos 12 meses de faturamento da empresa ficar entre o teto anterior de R$ 3.6 milhões e o novo limite de R$ 4.8 milhões.

As regras do cálculo ainda não foram estabelecidas ou não estão claras na redação do projeto de lei aprovado, mas provavelmente serão mantidas as regras atuais do ICMS e do ISS para empresas não enquadradas no Simples Nacional, ou seja, se sua empresa tem ou vai ter em 2018 um faturamento dentro da ultima faixa da tabela, é bom ter muito cuidado e realizar todas as simulações necessárias antes de escolher ser tributado pelas regras do Simples Nacional, pois existe o risco da carga tributária aumentar em relação ao Lucro Presumido ou ao Lucro Real.

Para os Microempreendedores Individuais (MEI) o teto sobe de R$ 60 mil (média de R$ 5 mil por mês) para R$ 81 mil (média de R$ 6.750,00 por mês).

**Salão de Beleza**

Os valores repassados aos profissionais de que trata a [Lei no 12.592, de 18 de janeiro de 2012](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12592.htm) (Salões de Beleza), contratados por meio de parceria, nos termos da legislação civil, não integrarão a receita bruta da empresa contratante para fins de tributação, cabendo ao contratante a retenção e o recolhimento dos tributos devidos pelo contratado.     [(Incluído pela Lei Complementar nº 155, de 2016)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp155.htm#art1)

**Parcelamento da dívida com prazo máximo de até 120 meses.**

Poderão ser parcelados em até cento e vinte meses os débitos vencidos até a competência do mês de maio de 2016 e apurados na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Este parcelamento aplica-se aos créditos constituídos ou não, com exigibilidade suspensa ou não, parcelados ou não e inscritos ou não em dívida ativa do respectivo ente federativo, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada.

O pedido de parcelamento previsto acima deverá ser apresentado em até noventa dias contados a partir da regulamentação deste artigo, podendo esse prazo ser prorrogado ou reaberto por igualperíodo pelo Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN, e independerá de apresentação de garantia.

A dívida objeto do parcelamento será consolidada na data de seu requerimento e será dividida pelo número de prestações que forem indicadas pelo sujeito passivo, não podendo cada prestação mensal ser inferior aR$ 300,00 (trezentos reais) para microempresas e empresas de pequeno porte.

Até o mês anterior ao da consolidação dos parcelamentos de que trata o caput, o devedor é obrigado a calcular e a recolher mensalmente a parcela equivalente ao maior valor entre:

I o montante dos débitos objeto do parcelamento dividido pelo número de prestações pretendidas;

II – mínimo de R$ 300,0 (trezentos reais)

Por ocasião da consolidação, será exigida a regularidade de todas as prestações devidas desde o mês da adesão até o mês anterior ao da conclusão da consolidação dos débitos parcelados.

Poderão ainda ser parcelados, os débitos parcelados de acordo com os [§§ 15 a 24 do art. 21 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm#art21§15)

Este pedido de parcelamento implicará desistência compulsória e definitiva do parcelamento anterior, sem restabelecimento dos parcelamentos rescindidos caso não seja efetuado opagamento da primeira prestação.

O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumuladamensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Compete ao CGSN a regulamentação do parcelamento disposto neste artigo.

**Redução de faixas e novas alíquotas**

Na tabela anterior tínhamos 20 faixas diferentes de alíquotas onde aplicávamos diretamente o faturamento sobre a alíquota, ou seja, se sua empresa tivesse no anexo I – Comércio e tivesse faturado nos últimos 12 meses 1 milhão de reais você pagaria *8.28%* de impostos sobre o faturamento do mês.

No novo formato do Simples Nacional duas coisas mudam; a primeira é o número de faixas que cai de 20 para 6 (vide tabelas no final deste artigo) e a formula de calculo que deixa de ser uma multiplicação simples do faturamento pela alíquota para a aplicação da seguinte formula:

Onde:

[formula](https://dnafinanceiro.com/blog/wp-content/uploads/2016/10/formula.png)

RBT12 = Receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao período de apuração;  
Aliq = Alíquota nominal constante dos Anexos I a V desta Lei Complementar;  
PD = Parcela a deduzir constante dos Anexos I a V desta Lei Complementar.

Ou seja, no mesmo exemplo dado acima o calculo ficaria assim:

R$ 1.200.000 x 10,70% – R$ 22.500,00 / R$ 1.200.000 = *8,83%*

*Nota.:*Na regra anterior tal empresa seria tributada em 8.36% sobre o faturamento, já na nova regra em 8.83%, o que significa um aumento de 5.62% na carga tributária.

Isto não se aplica em todos os casos, por isto a melhor coisa é pedir ajuda de um especialista.

**Redução no número de tabelas**

As tabelas do Simples Nacional deixam de ser resumidas em seis anexos para cinco anexos, sendo um para comércio, um para indústria e três para serviços.

Anexo 1 – Comércio  
Anexo 2 – Indústria  
Anexo 3 – Locação de bens móveis, e de prestação de serviços não relacionados no § 5o-C do art. 18 da lei complementar 25-I/07.\*  
Anexo 4 – Prestação de serviços relacionados no § 5o-C do art. 18 da lei complementar 25-I/07.\*  
Anexo 5 – Prestação de serviços relacionados no § 5o-I do art. 18 da lei complementar 25-I/07.\*

Diversas atividades tributadas na forma do Simples Nacional foram transferidas de um anexo para outro, em decorrência das alterações da Lei Complementar nº 155 de outubro de 2016, conforme seguem.

**Anexo III**

**Atividades do Anexo VI que passam a ser tributadas na forma do Anexo III**

Arquitetura;

Medicina, inclusive laboratorial, e enfermagem;

Odontologia;

Psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, acupuntura, podologia, fonoaudiologia, clínicas de nutrição e de vacinação e bancos de leite.

**Atividades do Anexo V que passam a ser tributadas na forma do Anexo III**

Administração e locação de imóveis de terceiros;

Academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;

Academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;

Elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;

Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;

Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;

Empresas montadoras de estandes para feiras;

Laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica;

Serviços de tomografia, diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos óticos, bem como ressonância magnética;

Serviços de prótese em geral.

Obs. As atividades de prótese dentária e urbanismo foram incluídas no Anexo III como atividades novas pela Lei Complementar nº 155 de 2016.

**Todas essas as atividades serão tributadas na forma do Anexo V quando a folha de salário for inferior a 28% da receita bruta.**

Obs. A atividade de fisioterapia continua no Anexo III, porém está sujeita à tributação no Anexo V quando a folha de salário for inferior a 28%.

**Anexo V**

**Atividades do Anexo VI que passam a ser tributadas no Anexo V**

Medicina veterinária;

Serviços de comissária, de despachantes, de tradução e de interpretação;

Arquitetura, engenharia, medição, cartografia, topografia, geologia, geodésia, testes, suporte e análises técnicas e tecnológicas, pesquisa, design, desenho e agronomia;

Engenharia, medição, cartografia, topografia, geologia, geodésia, testes, suporte e análises técnicas e tecnológicas, pesquisa, design, desenho e agronomia;

Representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros;

Perícia, leilão e avaliação;

Auditoria, economia, consultoria, gestão, organização, controle e administração;

Jornalismo e publicidade;

Agenciamento, exceto de mão de obra;

Outras atividades do setor de serviços que tenham por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, desde que não sujeitas à tributação na forma dos Anexos III ou IV desta Lei Complementar.

**Todas essas atividades serão tributadas na forma do Anexo III quando a folha de salários for igual ou superior a 28% da receita bruta dos últimos 12 meses anteriores ao período de apuração.**

A Lei Complementar reduziu de o nº de anexos de 6 para 5, transferindo as atividades para os Anexos III e V conforme mencionado a cima.

É necessário observar que para fins de definição da razão de 28% da folha de salário sobre a receita bruta deve considerar o seguinte:

Compõe a folha de salário o montante pago a título de remunerações a pessoas físicas decorrentes do trabalho, o montante efetivamente recolhido a título de contribuição patronal previdenciária e FGTS, incluídas as retiradas de pró-labore.

O montante da folha de salários e da receita bruta deve ser considerados os valores correspondentes aos últimos doze meses anteriores ao mês de apuração.

**Aguardar regulamentação do CGSN**

**Esta alteração produzirá efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018**

*Dica importante:* Quanto maior for a folha de pagamento da empresa prestadora de serviços, menor a alíquota. Isso quer dizer que mesmo as atividades que em teoria pagam mais impostos podem ser enquadradas ainda no anexo III. Para isso, a razão entre o valor da folha salarial e a receita bruta deve ser igual ou maior que 28%.

Se o contrário ocorrer e empresas que em um primeiro momento figuram nos anexos III e IV tiverem uma relação entre folha e receita menor que 28%, serão tributadas de acordo com as alíquotas do anexo V, que são maiores.

**As atividades, abaixo de prestação de serviços a que se refere o § 5o-I serão tributadas na forma do Anexo III da Lei 155 caso a razão entre a folha de salários e a receita bruta da pessoajurídica seja igual ou superior a 28% (vinte e oito por cento):**

I - medicina, inclusive laboratorial e enfermagem

II - medicina veterinária;

III - odontologia;

IV - psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, acupuntura, podologia, fonoaudiologia, clínicas de nutrição e de vacinação e bancos de leite

V - serviços de comissaria, de despachantes, de tradução e de interpretação;

VI - engenharia, medição, cartografia, topografia, geologia, geodésia, testes, suporte e análisestécnicas e tecnológicas, pesquisa, design, desenho e agronomia;

VII - representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros

VIII - perícia, leilão e avaliação;

IX - auditoria, economia, consultoria, gestão, organização, controle e administração

X - jornalismo e publicidade;

XI - agenciamento, exceto de mão de obra;

**Quando a relação entre a folha de salários e a receita bruta da microempresa ou da empresa de pequeno porte for inferior a 28% (vinte e oito por cento), serão tributadas na forma do Anexo V desta LeiComplementar as atividades de:**

XVI - fisioterapia;

XVIII - arquitetura e urbanismo;

XIX - medicina, inclusive laboratorial, e enfermagem;

XX - odontologia e prótese dentária;

XXI - psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, acupuntura, podologia, fonoaudiologia, clínicas de nutrição e de vacinação e bancos de leite.

I - administração e locação de imóveis de terceiros;

**II - academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;**

**III - academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;**

**IV - elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;**

**V - licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;**

**VI - planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;**

**VII -** (REVOGADO)

**VIII -** (REVOGADO)

**IX - empresas montadoras de estandes para feiras;**

X - (REVOGADO)

**XI - (REVOGADO)**

**XII - laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica;**

**XIII - serviços de tomografia, diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos óticos, bem como ressonância magnética;**

**XIV - serviços de prótese em geral.**

**Conceito de Folha**

**Para efeito de aplicação do acima indicado, considera-se folha de salários, incluídos encargos, o montante pago, nos doze meses anteriores ao período de apuração, a título de remunerações a pessoas físicas decorrentesdo trabalho, acrescido do montante efetivamente recolhido a título de contribuição patronal previdenciária e FGTS, incluídas as retiradas de pró-labore.**

**Novas atividades**

Algumas atividades que antes não podiam se enquadrar no Simples Nacional foram contempladas nesta nova versão. As principais atividades que poderão ingressar no sistema do simples nacional são:

* Indústria ou comércio de bebidas alcoólicas como: micro e pequenas cervejarias; micro e pequenas vinícolas; produtores de licores e micro e pequenas destilarias desde que não produzam ou comercializem no atacado.
* Serviços médicos como a própria atividade de medicina, inclusive laboratorial e enfermagem; medicina veterinária; odontologia; psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, acupuntura, podologia, fonoaudiologia, clínicas de nutrição e de vacinação e bancos de leite.
* Representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros;
* Auditoria, economia, consultoria, gestão, organização, controle e administração;
* Outras atividades do setor de serviços que tenham por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, desde que não sujeitas à tributação na forma dos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar 123/2006

1. micro e pequenas cervejarias;    [(Incluído pela Lei Complementar nº 155, de 2016)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp155.htm#art1)      [Produção de efeito](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp155.htm#art11)

2. micro e pequenas vinícolas;  [(Incluído pela Lei Complementar nº 155, de 2016)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp155.htm#art1)      [Produção de efeito](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp155.htm#art11)

* 3. produtores de licores; As empresas que exerçam as atividades previstas nos itens da alínea *c* do inciso X do caput deste artigo deverão obrigatoriamente ser registradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento eobedecerão também à regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e da Secretaria da Receita Federal do Brasil quanto à produção e à comercialização de bebidas alcoólicas.

**Investidor Anjo**

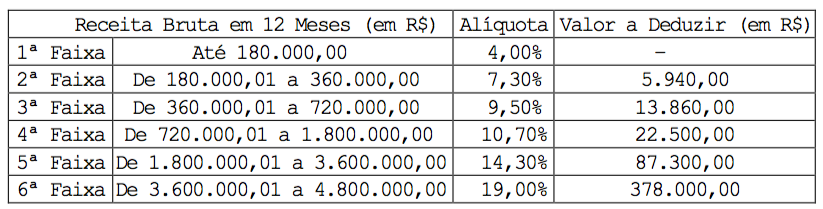
Nesta nova edição do Simples Nacional foi criada a figura do investidor anjo, que traz para pequenas empresas em geral, mas principalmente para as Startups, o benefício de receberem investimentos de pessoas físicas ou jurídicas em troca de participação das mesmas nos lucros auferidos sem a necessidade do ingresso no contrato social como sócias administradoras isentando as mesmas dos riscos em relação a dívidas do empreendimento que caberá somente aos sócios.

**Empresa simples de crédito – ESC**

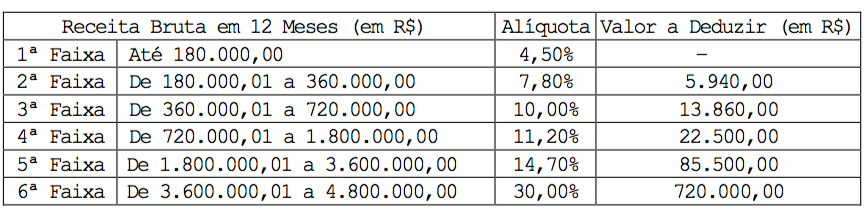
Outra novidade é a inclusão das atividades de crédito de fomento mercantil como a realização de operações de empréstimo, financiamento e desconto de títulos de crédito perante pessoas jurídicas, exclusivamente com recursos próprios.

Importante frisar que as atividades deste tipo de empresa devem se restringir ao seu município sede e municípios limítrofes.

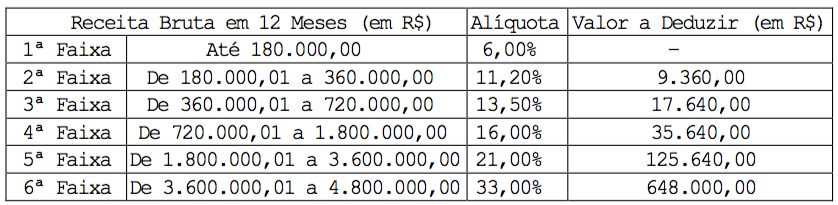
**Anexo I – Comércio**

[](https://dnafinanceiro.com/blog/wp-content/uploads/2016/10/tb1.png)

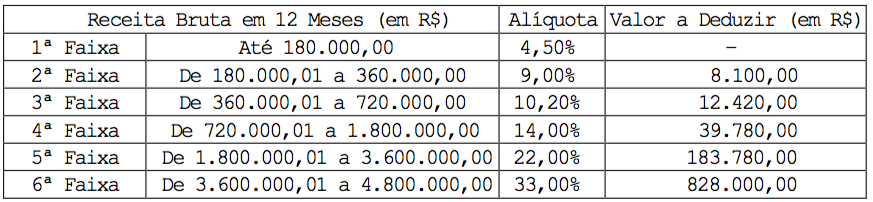
**Anexo II – Indústria**

[](https://dnafinanceiro.com/blog/wp-content/uploads/2016/10/tb2.png)

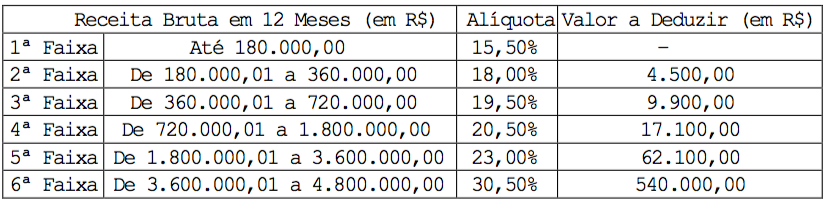
**Anexo III – Locação de bens móveis e de prestação de serviços não relacionados no § 5o-C do art. 18 da lei complementar 25-I/07.**

[](https://dnafinanceiro.com/blog/wp-content/uploads/2016/10/tb3.png)

**Anexo IV – Prestação de serviços relacionados no § 5o-C do art. 18 da lei complementar 25-I/07.**

[](https://dnafinanceiro.com/blog/wp-content/uploads/2016/10/tb4.png)

**Anexo V – Prestação de serviços relacionados no § 5o-I do art. 18 da lei complementar 25-I/07.**

[](https://dnafinanceiro.com/blog/wp-content/uploads/2016/10/tb5.png)